

Mobilidade e Juventude – a experiência de cidade de jovens moradores do Morro do Céu. Da circulação, acesso e barreiras de cada dia

Aline de Almeida Hoche

(PPCIS – UERJ)

Bolsista de doutorado – CAPES

INTRODUÇÃO

Delimitação do objeto

Territórios à margem? Locais precários de moradia daqueles que não conseguem arcar com os custos de habitação da parte “legal” da cidade? Um problema social? Lugar de pobreza e violência? Resultado do descaso do poder público? O imaginário, a representação e as interpretações sobre as favelas envolvem essas e outras questões que, por mais de um século, fazem parte dos estudos urbanos e sociológicos.

Compreender a complexidade do tema nos auxilia a encarar o debate com todo cuidado que ele merece, entender como a narrativa sobre a favela foi construída, e ainda é, pela imprensa, pelo poder público e pela academia nos alerta para o cuidado em aceitar os discursos maniqueístas que pretendem explicar a realidade desses territórios e a ligação que as favelas possuem com as outras partes da cidade.

Assim, o estudo rigoroso da questão, aliado ao diálogo com moradores e a vivência como trabalhadora em uma favela, me fizeram entender que não existem categorias como “a favela” ou “o favelado”, já que são múltiplas as realidades e cenários que dão forma a esses territórios, as favelas são lugares cheios de especificidades, assim como os seus moradores.

A partir desse ponto, o presente trabalho tem como objeto de estudo a favela do Morro do Céu, localizada na região norte da cidade de Niterói, a, mais ou menos, sete quilômetros do centro do município, um local que até o início da década de 1980 era pouco habitado, a maior

parte das suas moradias eram sítios, os moradores criavam animais e eram rodeados de recursos naturais (FERREIRA, 2001, p. 21).

Mapa 1 – Localização do Morro do Céu.

Fonte: Acervo da Diretoria de Ensino e Pesquisa do Curso de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. Mapa adaptado pela autora do projeto.

¹ Os moradores mais antigos da região foram entrevistados em FERREIRA, Declev Reynier Dib. *História ambiental do Morro do Céu: a atuação de diversos atores sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

segurança que vivenciavam, pois podiam ficar na rua sem que os pais se preocupassem, pois sempre tinha um vizinho conhecido para olhar:

“... acho que a questão, pelo menos, eu não sei agora, mas quando eu era mais nova a gente tinha um lugar com mais árvores né?! Com mais contato com a natureza, querendo ou não, e era uma parte boa também, porque lá você vivia num lugar assim que tinha árvore em tudo quanto é lugar e eu chegava no Centro de Niterói e era só prédio e era totalmente diferente né?! Mas eu acho que agora (risos), as pessoas com certeza já cortaram todas as árvores que tinham no lugar, está um desmatamento enorme”.³

Entretanto, o cenário foi alterado por conta da instalação do depósito de lixo municipal de Niterói, que funcionava anteriormente em Viçoso Jardim e foi transferido para o Morro do Céu por conta da geografia da região, um lugar alto, formado por colinas e vales, localizado relativamente próximo ao centro de Niterói, mas escondido daqueles que transitam por essa parte da cidade, mostrando-se um local favorável, para o governo da época, para abrigar esse tipo de instalação.⁴

Figura 1 – Imagem de satélite do depósito de lixo do Morro do Céu.



Fonte: Google Maps.

³ Entrevista concedida pela entrevistada Ana Júlia à pesquisadora, em 05 de dezembro de 2023.

⁴ O prefeito da cidade de Niterói do período da instalação do lixão era Waldenir Bragança, do PDS, seu mandato compreendeu os anos de 1983 – 1988.

Torna-se importante ressaltar que entre o fechamento do “lixão” de Viçoso Jardim e a instalação do depósito no Morro do Céu, a prefeitura de Niterói manteve por um período o transporte do lixo da cidade para o aterro controlado de Gramacho, em Duque de Caxias, entretanto, alegando não possuir condições para manter essa operação, o governo do período defendeu a tese de que seria mais conveniente se Niterói abrigasse o seu próprio depósito de lixo (FERREIRA, 2001, p. 4).

O período de instalação do “lixão”⁵ foi marcado por protestos dos moradores locais⁶ que não concordaram com o depósito de lixo, mas não conseguiram impedir o seu funcionamento, muitas famílias de catadores mudaram-se para a região e passaram a tirar do local o seu sustento.

O governo do período buscou convencer a população residente de que, não somente era dever do povo de Niterói abrigar o lixo que produzia, como também, barganhou com os moradores, realizando obras de infraestrutura, como a pavimentação de algumas vias, com a construção de um posto de saúde, de uma creche, de um centro de controle de Zoonose e ampliando a circulação de uma linha de ônibus com destino ao centro da cidade, visando atender os moradores do Morro do Céu.⁷

Alguns dos jovens entrevistados também apontaram como fator de alteração do cotidiano e do cenário ambiental do Morro do Céu a construção de prédios⁸ destinados a abrigar pessoas oriundas de outras favelas da cidade, que tiveram que deixar suas antigas casas por conta de remoções ou de desastres ambientais, como o deslizamento de terra no morro do Bumba, em Viçoso Jardim, bairro localizado na zona norte de Niterói.

⁵ Optamos por utilizar o termo “lixão” para denominar a instalação no seu período inicial, pois fontes garantem que o lixo não recebia nenhum tratamento ao ser depositado no Morro do Céu. Atualmente, a prefeitura afirma que o lixo além de tratado, também é aterrado, entretanto, ainda há denúncias de que tais procedimentos não ocorrem corretamente e que o Morro do Céu recebe até mesmo dejetos hospitalares. Ver mais em: FERREIRA, Declev Reynier Dib. *História ambiental do Morro do Céu: a atuação de diversos atores sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. E em matérias na imprensa como: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/ong-denuncia-lancamento-de-chorume-do-morro-do-ceu-no-mar-em-niteroi-24137091>

⁶ Além dos protestos no período da instalação do “Lixão”, ocorreu também manifestação dos moradores no período da catástrofe no Morro do Bumba, em 2010, (<https://veja.abril.com.br/brasil/morro-do-ceu-tambem-cresce-sobre-lixao/>), quando houve o deslizamento no local que abrigou o antigo depósito de lixo da cidade.

⁷ Até esse período os ônibus circulavam apenas no centro do bairro do Caramujo, que fica a mais ou menos um quilômetro abaixo do Morro do Céu.

⁸ O conjunto habitacional foi construído em 2016, através do programa Minha Casa, Minha Vida e compreende o total de três condomínios residenciais.

De acordo com alguns dos relatos, a construção dos “predinhos” levou ao desmatamento de uma grande área verde e a chegada de pessoas “de fora” do Morro do Céu acarretou a perda do senso de comunidade, havendo uma mudança na dinâmica do espaço habitado, as pessoas não se conheciam mais e por isso não podiam chamar a atenção das crianças e jovens que passam o dia criando confusão.

“... eu senti muita diferença, porque o ônibus e tal era mais vazio e era só família mesmo, era só familiar ... aí eles construíram os prédios ali, ali onde é os prédios era uma mata muito bonita, muito bonita, muito linda mesmo, o pessoal ia lá ... ficava ali, porque eu falo disso?! Porque a quantidade de pessoas desconhecidas aumentou muito e assim, por ser familiar todo mundo se respeitava sabe?! E quando chegou os prédios, quando chegou os prédios, aumentou a quantidade de crianças, a quantidade de adolescentes e sempre fica algazarra na rua e quando a gente ia ver: “o que é isso?” Era esse pessoal na rua e eles ficavam tacando ... lá perto de casa tem um pé de manga e eles ficavam tacando pedra ‘pra’ manga cair, já quebrou a janela de uma das vizinhas, de uma vizinha nossa e a gente não pode falar nada, entendeu?! Então, essa questão do desconhecido, essa parte do desconhecido, então a gente sentiu muito”.⁹

Da década de 1980 até os dias atuais, o Morro do Céu passou por muitas mudanças, sua paisagem foi drasticamente modificada, deixando de ser uma área rural para apresentar uma paisagem urbana, os moradores com maior poder aquisitivo foram deixando o local, enquanto moradores de remoções e de outras regiões para lá se mudaram e o espaço que antes era considerado um pedaço do céu por quem lá vivia, passou a ser visto como um lugar favelizado e periférico.

Atualmente, o Morro do Céu poder ser entendido como uma favela que possui similaridades com as tantas outras existentes dentro e fora da cidade de Niterói, como a violência policial, o tráfico de drogas, a morte de jovens meninos que participam do “movimento”, mas também com as suas especificidades, como o vazio de serviços que foram sendo fechados ao longo das décadas que se seguiram de suas instalações, a existência de um depósito de lixo e a precariedade do serviço de transporte público que limita a circulação, dificultando a saída dos moradores que desejam acessar outros territórios da cidade de Niterói e das cidades vizinhas.

Delimitação da pesquisa

⁹ Entrevista concedida por Luiza à pesquisadora, em 12 de dezembro de 2023.

Entendendo as cidades como espaços que reúnem economia, política e relações sociais, como locais de integração e de desenvolvimento do senso de comunidade, podemos analisá-las também pela forma como as pessoas constroem, ocupam e vivem o espaço que habitam. Sendo assim, para além do acesso à moradia, importa toda a infraestrutura, dinâmica e espaço que uma cidade possui e tem a oferecer a seus habitantes, que muitas das vezes, pode não ser plenamente usufruída por uma grande parcela daqueles que habitam os espaços urbanos periféricos.

A forma como uma determinada sociedade se organiza pode ser identificada em diversos contextos, como por exemplo, na hierarquização social contida e reproduzida pelo espaço habitado, podendo ser localizada na distribuição dos agentes, dos bens ou dos serviços, da apropriação que indivíduos ou grupos fazem desses aparelhos, das distâncias percorridas para acessá-los e como, caso consigam acessar esses espaços, as pessoas são tratadas, como elementos integrantes ou indesejados.

Entende-se, assim, a importância de analisar as condições materiais e simbólicas existentes que dificultam o acesso de determinados indivíduos a locais e serviços que por direito também são seus, buscando conhecer quais grupos vivenciam a dificuldade em acessar e circular para além das fronteiras de seus territórios de origem e moradia. Bem como compreender como cidadãos periféricos criam sentido e interagem com a cidade em seu cotidiano.

Para realizar esse estudo, direciono o olhar para uma região considerada periférica de Niterói, o Morro do Céu, que fica localizada no bairro do Caramujo, região norte da cidade. A escolha dessa favela como objeto de estudo se dá pela entrada no campo como professora de História da Escola Municipal José de Anchieta.¹⁰

A partir de conversas com os alunos do ensino fundamental, me chamou a atenção o fato de que muitos deles não se percebiam moradores de Niterói e sim do Morro do Céu, ou do

¹⁰ A Escola Municipal José de Anchieta fica localizada no Morro do Céu, a 500 metros do depósito de lixo da cidade instalado na região, ela atende os alunos de primeiro e segundo segmento do ensino fundamental, a maioria dos estudantes são moradores do Morro do Céu e do Caramujo. Minha atuação na unidade escolar se deu de 2019 até 2023, após concurso de remoção, minha matrícula foi levada para outra escola, também no Caramujo, mas na entrada da favela, a transferência foi uma decisão da pesquisadora, por conta da dificuldade de acesso ao Morro do Céu.

Caramujo,¹¹ muitos não circulavam com frequência por outros locais da cidade e dificilmente acessavam espaços como cinemas e eventos culturais que ocorriam em diferentes bairros da cidade e no Rio de Janeiro, vizinha de Niterói.

Questionados do porquê não acessarem de maneira mais frequente outros espaços para além do Morro do Céu e de não considerarem o local como parte integrante da cidade,¹² os alunos afirmavam que sair da favela em que moram se mostra uma tarefa difícil, pois contam com apenas uma linha de ônibus que realiza o trajeto Morro do Céu X Terminal, localizado no centro de Niterói, não possuindo horários regulares e nem frota suficiente, o que gera a sua superlotação nos períodos do dia de maior trânsito de pessoas e escassez ainda maior nos finais de semana.

Percebi também certo constrangimento que muitos alunos sentiam ao dizer que residem em um local onde funciona o depósito de lixo da cidade, o que nos levou a questionar se o “lixão”, para além dos problemas ambientais e de saúde pública poderia ser considerado um elemento que compõe a identidade desses jovens moradores, um estigma responsável pelo desconforto de ser morador do Morro do Céu.

Visamos entender como a partir do lugar habitado o indivíduo constrói sentido, circula e interage com a cidade e os seus habitantes, analisando como a precariedade na oferta de transporte público afeta a mobilidade dos jovens moradores do Morro do Céu e como constroem alternativas e “navegam”¹³ para além das dificuldades que vivenciam por serem moradores de uma região tratada como periférica.

¹¹ Após morar dois anos em Niterói, descobri que é um costume dos moradores entender apenas os bairros centrais como parte da cidade, dessa maneira, é comum ouvir de uma pessoa que vive na região Oceânica, por exemplo, que vai à Niterói quando está se deslocando para o Centro ou Icaraí.

¹² O incômodo em acessar os locais mais centrais de Niterói não é exclusividade dos moradores do Morro do Céu, em reportagem do El País, foi relatado por um morador periférico da cidade que, para além das operações policiais dentro das favelas em que vivem, os moradores ainda enfrentam a segregação sócio espacial, pois “... ir para o centro significa que você será perseguido por ter o corpo negro”, dessa forma, muitos acabam “evitando circular pelo centro ou por bairros luxuosos como Icaraí”. Link da reportagem: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-25/a-niteroi-de-iris-e-alessandro-desenha-o-mapa-da-segregacao-racial-brasileira.html#?sma=newsletter_brasil_diaria20200825

¹³ Termo utilizado pela minha orientadora, professora Lia de Mattos Rocha em seu projeto de pesquisa “Militarização e Precariedade no Rio de Janeiro, controles armados territoriais e a produção de desigualdades nas periferias cariocas”.

Buscamos compreender, dessa forma, como os jovens entrevistados organizam suas sociabilidades, suas identidades, suas histórias e projetos de vida tendo como cenário a cidade de Niterói e a sua organização de serviços e estrutura, investigando o campo de possibilidades¹⁴ disponíveis e acessados por essa juventude.

HIPÓTESES

Ao mapear, através das entrevistas, a rotina de jovens moradores do Morro do Céu, que precisam sair da favela e acessar outros espaços da cidade, podemos conhecer quais relações esses jovens estabelecem com a cidade, como interação, vivenciam e acessam os diversos locais que compõem os territórios para além da favela que habitam.

As entrevistas também nos possibilitarão compreender as dificuldades que enfrentam em relação à mobilidade urbana, além de explicitar a importância da circulação não apenas espacial, mas também da circulação de informação e de oportunidades entendidas como imprescindíveis para que esses jovens consigam alcançar os objetivos que traçam para as suas vidas.

Dessa forma, acreditamos que, apesar das dificuldades expressas na forma precária que serviços como mobilidade e segurança são ofertadas à população do Morro do Céu e do Caramujo, nossos interlocutores conseguem acessar lugares, informações e oportunidades e experimentar práticas e oportunidades que são apresentadas como fundamentais para a formação individual e profissional desses jovens.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Entender como os jovens entrevistados acessam espaços, informações e serviços para além do território que habitam e quais impactos a precariedade gera na vida de nossos

¹⁴ Categoria utilizada pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho, que entende o campo de possibilidades do sujeito como as alternativas materiais disponíveis dentro do processo histórico e social em que o indivíduo está inserido.

interlocutores, além de identificar quais fatores influenciam ou dificultam na mobilidade urbana desse grupo.

Objetivos Específicos

- Analisar quais fatores contribuem ou atrapalham a circulação dos jovens moradores do Morro do Céu para além das fronteiras do território que habitam.
- Especificar as alternativas traçadas pelos jovens que “navegam” pela precariedade do dia a dia da favela para conseguirem ter acesso e se moverem pela cidade.
- Analisar a importância da circulação, do acesso a informações, a oportunidades e a lugares para a trajetória e projetos de vida dos jovens moradores do Morro do Céu e do Caramujo.
- Compreender quais interações e sentidos sobre a cidade e sobre o lugar que habitam são produzidos pelos jovens entrevistados.
- Mapear a rede de serviços que são ofertados aos moradores do Morro do Céu e identificar possíveis precariedades.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Cidades, urbanização e desigualdade socioespacial

“A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. A cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, da natureza humana” (PARK, 1967, p. 25).

A cidade possui sua cultura própria (PARK, 1967), é espaço de disputa e de vivência, os grupos sociais imprimem nela as contradições experimentadas em seu cotidiano, mas sua posição não é apenas de passividade, ela age, é também sujeito que traduz e torna pública as desigualdades e os conflitos inerentes à sociedade a qual pertence, o espaço urbano é então entendido como objeto e sujeito inserido na lógica da sociedade capitalista.

Vasto é o campo de possibilidades de vivências, sentimentos, experiências nas grandes cidades e a sua estreita ligação com a economia gera múltiplas relações e conjunturas que se estabelecem entre os diversos setores sociais que a habitam. É dessa maneira que entendemos a cidade, como lugar habitado, produzido, cenário da atuação social e individual, ao mesmo tempo que também produz sentido e hierarquias nas sociabilidades existentes no espaço.

Um aspecto produzido e, ao mesmo tempo, produto das cidades e das relações que nela se desenvolvem é a desigualdade. Segundo o autor Adir Ubaldo Rech (2008), as cidades, que são projetos de exclusão social, são ocupadas e organizadas pelas classes dominantes que constroem uma linha simbólica que limita o acesso daqueles que não tem recursos para arcar com os custos de moradia, de deslocamento e de utilização de lazer oferecidos pela cidade.

De acordo com Pierre Bourdieu, o espaço habitado pode ser entendido como uma representação simbólica do espaço social, reproduzindo e refletindo as hierarquias existentes na sociedade, entretanto, tal hierarquização social encontra-se disfarçada sob o que o autor chama de “efeito de naturalização” quando “determinadas diferenças produzidas pela lógica histórica podem parecer surgidas como algo natural” (BOURDIEU, 2008, p. 01).

Uma vez naturalizadas, afirma Bourdieu, as desigualdades sociais e econômicas podem ser percebidas na distribuição de bens e serviços ao longo do espaço físico e habitado, definindo, assim, o valor de cada região da cidade e limitando o acesso daqueles que não possuem recursos para o seu consumo, afastando, física e simbolicamente, os que são considerados indesejados pela parcela que domina e exerce o poder.

Essa exclusão existente no espaço urbano não é natural, mas sim socialmente produzida, resultado do trabalho humano (VILLAÇA, 2011) e, segundo o autor Flávio Villaça, é um importante aspecto que deve ser levado em consideração para dar conta da complexidade da sociedade brasileira, pois segundo ele, “o maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associada” (VILLAÇA, 2011).

Para explicar o processo de desigualdade socioespacial podemos olhar para a estrutura urbana relacionando-a aos âmbitos sociais, raciais, econômicos, políticos e ideológicos da sociedade, já que, segundo Villaça, “a segregação se articula com a mais importante (mas não a única) das manifestações explicativas das transformações sociais, ou seja, a dominação social, que gera a desigualdade, especialmente acentuada no Brasil” (VILLAÇA, 2011).

Roberto Côrrea (1989), entende a cidade como espaço urbano articulado e fragmentado, pois, ao mesmo tempo que propicia a interação de pessoas, mercadorias e serviços, com intensidades distintas, é reflexo e condicionante da sociedade capitalista, sendo “profundamente desigual”, dividindo-se em “áreas residenciais segregadas”, ou seja, em áreas que concentram as diferentes classes sociais de uma população dentro de um dado território (CÔRREA, 1989).

A dificuldade em acessar espaços da cidade por determinados grupos reflete a desigualdade produzida na e pela sociedade, as marcas de diferenciação de poder aquisitivo que cada classe possui podem ser observadas na ocupação do espaço urbano e na formação de territórios, com a existência de bairros de elite, repletos de serviços e infraestrutura. Em contrapartida, os locais ocupados pela parcela pobre da população, aqueles que não possuem meios de arcar economicamente com os custos de moradia, restando como alternativa ocupações nas áreas periféricas e vazias de amenidades.¹⁵

Dessa forma, seguimos entendendo as cidades modernas como um importante palco onde se desenvolvem as principais relações sociais, políticas e econômicas, mas também, espaços onde a desigualdade econômica, social e racial se faz presente e pode ser visualizada em sua organização espacial, já que “a dimensão territorial reproduz as desigualdades” da sociedade urbana (TEIXEIRA; SUBIRATS; LACERDA; BLANCO, 2018, p. 1008).

Favela e Cidade: centro e periferia?

“Falar da favela no singular tem implicações importantes, por exemplo a adoção da homogeneidade como pressuposto, e o desinteresse pela diversidade, de tal maneira que as diferenças internas ao mundo das favelas se tornam automaticamente secundárias” (VALLADARES, 2005, p. 152).

Ao realizar uma análise sobre determinada favela devemos entender que existem inúmeras realidades e graus de especificidades que conformam o cotidiano de cada um desses territórios, considerando a complexidade e nítida diferenciação social. De acordo com o sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva, uma análise “sobre favelas e favelado que se

¹⁵ Roberto L. Côrrea desenvolve o conceito de áreas periféricas dotadas de amenidades físicas, como o mar, lagoa, verde, como características diferenciadoras capazes de valorizar uma região mais afastada do centro. Após ter o seu entorno dotado de serviços e infraestrutura por parte do poder público, essas áreas poderão ser habitadas pelas classes médias e ricas de uma cidade. Ver mais em: Côrrea, Roberto Lobato, 1989.

pretende objetiva, deve partir da noção que a favela é uma organização transversal”, ou seja, que envolve setores e atividades diversas (SILVA, 2011, p. 700).

Um segundo cuidado deve existir quando lançamos nosso olhar de análise para as condições de vida e as relações que os moradores das favelas realizam em seu cotidiano, diferentes entre si, carregados de suas particularidades e que lidam com o olhar de fora, do não favelado, aqueles que os classificam, rotulam e que formulam representações que possuem grande peso e que acabam tornando-se a visão oficial da sociedade ao olhar para as favelas.

Ao pesquisarmos temas que se relacionam com as favelas devemos nos certificar de não reproduzir ou reforçar estereótipos, discursos que colocam os moradores periféricos em uma posição inerente de exclusão e marginalização, naturalizando categorias que na verdade são formuladas por aqueles que vivem fora delas, dicotomias como cidade legal e ilegal, que não evidenciam que as favelas estão conectadas com a sociedade global (FELTRAN, 2008).

De acordo com Pierre Bourdieu (2008), falar de lugares periféricos é tratar de algo considerado problemático pela sociedade e essas imagens são construídas e alimentadas através de experiências emocionais que nos chegam através da imprensa, propagandas ou discursos políticos.

Para Bourdieu, somente é possível romper com as “falsas evidências e erros inscritos no pensamento” de quem trata os lugares periféricos como problemáticos a partir de uma “análise séria e rigorosa das relações estruturais do espaço social e do espaço físico” (2008), ou seja, ao desenvolvermos um trabalho e pesquisa sobre territórios favelados e periféricos devemos redobrar o cuidado na produção de reflexões que não reforcem estereótipos e uma visão generalizante e negativa, tratando esses lugares sob a ótica da carestia e da ausência.

A autora Licia do Prado Valladares em sua obra *A invenção da favela*, além de realizar uma recuperação histórica do imaginário sobre as favelas desde o início do século XX, analisa como esses territórios foram considerados espaços problemáticos, a priori, local de concentração de todos os males que afetavam o resto da cidade e seus moradores, sendo assim, um território perigoso e que deveria ser eliminado.

Em um segundo momento, a favela foi vista como alvo de intervenção, já que era um lugar de carências, onde a falta de recursos, bens e serviços públicos imperavam, dessa maneira, os olhares e ações foram lançadas visando promover uma integração da favela com o restante

da cidade, transformando-a em bairros, pois que até então não eram vistas como parte da cidade, mas sim como anomalias que destoavam do cenário urbano.

Por fim, a autora aborda como a favela se tornou objeto de estudo e pesquisa, primeiramente de organizações como a igreja e a imprensa, passando por órgãos estatais com a produção de dados de recenseamento, até a entrada da universidade e das ciências sociais que produzem trabalhos de maneira consistente e sistemática sobre o tema.

Outros autores seguem na linha interpretativa de Valladares e apontam para o fato de que a favela por muito tempo, e até os dias de hoje, foi considerada um problema que afeta a cidade e quem nela habita, entendendo esse território como à margem do espaço considerado legal e planejado e uma das consequências dessa chave interpretativa é a forma como se preservam as desigualdades em relação ao restante da cidade (DAVIES, 2022, p. 335).

Através dessas produções e das representações que foram sendo formuladas academicamente e pela imprensa o imaginário sobre a favela foi construído, elementos como a pobreza, violência, degradação e periferia formam uma ideia generalista desses espaços, sem se levar em consideração as “diferenças inter e intra favelas”, gerando conclusões que, antes de informar e analisar o real cenário dos territórios favelados, criam estereótipos e produzem informações equivocadas.¹⁶

Paradigma da Mobilidade: circulação, mobilidade justa e ponto de origem

“Há, no movimento histórico, a emergência e a predominância do movimentar-se como um dos principais elementos de definição dos indivíduos e das sociedades” (BALBIM, 2016, p. 23).

Quando pensamos em circulação podemos entender o termo como o movimento de pessoas, coisas e ideias, uma questão aparentemente simples, mas que nos possibilita tecer análises complexas sobre como as cidades e seus sistemas de mobilidade são organizados, as

¹⁶ Licia Valladares chama atenção para estudos mais detalhados que apontam que para além da dualização existente entre espaços favelados e não favelados e a segregação ligada quase que exclusivamente à favela, a realidade atual é que “os bairros mais ricos” foram os que mais “se afastaram da média dos outros, tendo as favelas uma evolução bem próxima dos outros bairros populares e médios”. Além disso, a autora evidencia a importância de que a favela deixe de ser estudada apenas pela chave interpretativa da pobreza e marginalidade, pois “só assim deixaremos de confundir favela e pobreza”. VALLADARES, Licia do Prado. Op. cit., p. 163.

hierarquias sociais, desigualdades econômicas, de acesso, de condições e as relações de poder que permeiam o modo como nos movemos nos e pelos territórios urbanos.

O paradigma das mobilidades, de acordo com os autores Bianca Medeiros, Vera Telles e Thiago Allis, lida com a

“organização de sistema que, em diferentes escalas, governam não apenas a mobilidade e a imobilidade de pessoas e coisas, imagens e mensagens ... tais sistemas de mobilidade respondem a configurações culturais específicas e a regimes de poder que definem o que e quem pode – ou não – circular, quando e sob que condições de segurança e conforto” (2018, p. 06).

A partir do paradigma da mobilidade entendemos a vida urbana como constituída e constituinte de fluxos e circulações, a forma que possuímos para acessar e usufruir dos territórios, bens e serviços da cidade, é experiência e, ao mesmo tempo, produtora de vivências, reflete e reforça as desigualdades contidas na sociedade e na ocupação dos espaços.

O paradigma das mobilidades fornece ferramentas para analisar cenários locais e de escala global, como a imigração, nos levando a refletir sobre os meios de circulação e de sua evolução ao longo dos anos, como o encurtamento de distâncias e de tempo entre os mais variados lugares do mundo causou impactos sociais, econômicos e ambientais.

Mas também nos leva a pensar sobre mobilidades justas, ou seja, sobre quais grupos possuem mais facilidade em se mover e quais enfrentam dificuldades diárias e precarização em sua maneira de acessar e circular pela cidade, além de tratar também do controle dos que governam em relação ao movimento de pessoas, recursos e informações (2018).

De acordo com a autora Mimi Sheller, se faz urgente pensar em meios de promover nas cidades formas mais justas de mobilidade, pensando nos grupos sociais que vivem desafios diários para se mover por conta do acesso precário aos transportes e essa desigualdade na oferta e qualidade de circulação “se relaciona não somente com o modo como nos movemos na cidade, mas também com a história colonial racializada e neocolonial presente” (2018).

O autor Renato Balbim elabora um resgate histórico do uso do termo circulação, como foi utilizado por diferentes campos do conhecimento, na medicina, na economia, até chegar no urbanismo e nas ciências sociais. No ambiente urbano, a circulação era pensada sob a ótica da arquitetura e apenas com o aprofundamento da divisão social do trabalho que o se mover passou a ser dirigido pela funcionalização do tempo e dos lugares (2016).

Nas ciências sociais, afirma Balbim, o termo mobilidade é utilizado para pensar a ligação entre tráfego e sociedade e a intensidade com que essa relação se apresenta, nos debates atuais supera-se a ideia de que a mobilidade está ligada apenas ao deslocamento físico, não ficando restrita a uma ação, ela integra o ato de se deslocar, sendo esse deslocamento físico, virtual ou simbólico, incluindo também no debate sobre quais condições ocorre a circulação e o posicionamento social dos indivíduos que se deslocam.

Sendo considerada como uma função vital do organismo urbano e entendendo que as cidades são compostas de uma rede de infraestrutura que lhes dão suporte, produzindo espaço e experiências (SINGH, 2018), nos interessa compreender como a vida daqueles que possuem restrições e dificuldades em seus deslocamentos são afetadas com a precariedade do serviço de mobilidade.

Se entendemos que mover-se é habitar em movimento (SINGH, 2018) e que as mobilidades, de uma certa forma, expressam as relações sociais e de poder que formam a sociedade que, por sua vez, produz o espaço urbano, como o não se mover impacta o campo de possibilidades, a identidade e a vivência de cidade daqueles que permanecem, por escolha ou por falta de opção, em seus pontos de origem?

METODOLOGIA

Nossa pesquisa segue a metodologia qualitativa, pois possuímos como intenção enfatizar “as especificidades do fenômeno” analisado “em termos de suas origens e de sua razão de ser”. O viés qualitativo nos auxiliará na compreensão de atitudes, motivos e representações que “não são facilmente articulados” e podem nos levar a entender de maneira mais aprofundada a complexidade de suas estruturas e organizações (HAGUETTE, 2010, p. 59).

Nosso objetivo é entender como se dá a circulação e mobilidade de alguns dos jovens moradores do Morro do Céu e do Caramujo. A partir da realização de entrevistas semiestruturadas, visamos identificar quais questões sobre a cidade de Niterói e o lugar que habitam lhes são mais sensíveis, como elaboram as suas identidades, como lidam com as visões dos não moradores de favelas sobre eles, como ocorre suas interações sociais com os outros habitantes da favela e como “navegam” sobre as precariedade do dia a dia.

Segundo a autora Teresa Haguette, a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. A autora prossegue explicitando a importância da problematização, por parte do entrevistador, dos dados obtidos a partir da fala do entrevistado e da relação que existe entre todos os elementos presentes no momento da entrevista (2010, p. 81).

A escolha pela realização da entrevista semiestruturada se deu por acreditar que é o tipo que melhor se adequa a pesquisa que busco fazer sobre as práticas relacionadas ao acesso e ao ato de se mover dos jovens entrevistados e as suas relações e interações com a cidade. Dessa maneira, apesar de possuir um roteiro, que combina perguntas abertas e fechadas, a intenção é dar espaço para que o entrevistado exponha as suas ideias, pensamentos e vivências, ao mesmo tempo que o entrevistador está atento para que o tema não seja desviado e que a entrevista não acabe precocemente.

REFERÊNCIAS

- BALBIM, Renato. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In. Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Org. Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke. – Brasília: Ipea: IDTP, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In. A Miséria do Mundo. Pierra Bourdieu. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CÔRREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Editora Ática: 1989.
- DAVIES, Frank Andrew. A colonialidade do “problema da favela”: ensaio sobre a cidade latino-americana. Revista Eletrônica da ANPHLAC. Nº 34, p. 334-356, ago/dez., 2022.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas - SP, 2008.
- FERREIRA, Declev Reynier Dib. História ambiental do Morro do Céu: a atuação de diversos atores sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca; TELLES, Vera da Silva; ALLIS, Thiago. Por uma teoria social on the move. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, 2018.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 12. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In. O Fenômeno Urbano. Org. Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, 1967.
- RECH, Adir Ubaldo. A cidade: um projeto de exclusão social. UNIMAR: Revista de Direito n. 8, p. 69-76, 2008.
- SHELLER, Mimi. Theorising mobility justice. Theorising mobility justice. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, 2018.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. A Política na Favela. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2011 - pp. 699-716.
- SINGH, Dhan Zunino. Ciudades, prácticas y representaciones en movimiento. Notas para un análisis cultural de la movilidad como experiência urbana. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, 2018.
- TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. Revista Novos Estudos, 2016.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; SUBIRATS, Joan; LACERDA, Daniel S.; BLANCO Ismael. Políticas públicas e a cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública. 52 (6):1007-1014, nov. – dez, 2018.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. São Paulo: Estudos Avançados, 2011.